



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

INICIATIVAS LEGISLATIVAS

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



GABINETE JURÍDICO

DE 29 de MAIO A 16 DE JUNHO 2023

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Resolução 741/XV/1 \[BE\]](#)

Recomenda ao Governo que os trabalhadores e trabalhadoras dos bares dos comboios da CP sejam integrados nos quadros de pessoal da empresa

[Projeto de Lei 815/XV/1 \[PSD\]](#)

Alargamento do número de vagas comparticipadas nas respostas sociais dirigidas aos idosos e estender ao setor privado essa comparticipação quando a rede pública/social não consegue dar resposta

[Projeto de Lei 816/XV/1 \[PSD\]](#)

Altera o estatuto do cuidador informal - Primeira alteração à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, que aprova o Estatuto de Cuidador Informal, altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio

[Projeto de Lei 817/XV/1 \[PSD\]](#)

Criação de Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para as Pessoas Idosas do Conselho Económico Social e alteração das competências e composição da Rede Social

Cofinanciado por:



[Proposta de Lei 93/XV/1 \[Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores\]](#)

Assistência à maternidade nas ilhas sem unidade hospitalar, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.os 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade

[Projeto de Resolução 762/XV/1 \[BE\]](#)

Recomenda ao Governo a criação de um estatuto profissional de faroleiro que garanta melhores condições laborais

[Projeto de Resolução 767/XV/1 \[L\]](#)

Recomenda ao Governo que atualize e aprove, com urgência, a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável

[Projeto de Resolução 768/XV/1 \[BE\]](#)

Pelo reconhecimento de direitos a quem cuida e à pessoa cuidada e pela criação de um serviço nacional de cuidados

[Projeto de Resolução 769/XV/1 \[PAN\]](#)

Recomenda ao Governo um conjunto de medidas de apoio aos cuidadores informais

[Projeto de Resolução 770/XV/1 \[PAN\]](#)

Recomenda ao Governo que tome medidas de combate ao idadismo em Portugal

[Projeto de Resolução 771/XV/1 \[PAN\]](#)

Recomenda ao Governo que tome medidas que contribuam para a consciencialização e prevenção da violência e outros crimes praticados contra pessoas idosas

[Projeto de Lei 819/XV/1 \[PCP\]](#)

Cria o projeto Rede Pública de Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio aos Idosos

[Projeto de Lei 820/XV/1 \[PAN\]](#)

Reforça os direitos dos cuidadores informais

[Projeto de Lei 821/XV/1 \[PCP\]](#)

Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança

[Projeto de Resolução 772/XV/1 \[CH\]](#)

Recomenda ao Governo que implemente um programa de valorização salarial, melhoria das condições de trabalho e de auditoria às contas na Carris

[Projeto de Resolução 773/XV/1 \[CH\]](#)

Pela passagem dos trabalhadores do IEFP com contrato a termo resolutivo incerto a contrato de trabalho por tempo indeterminado

[Projeto de Lei 824/XV/1 \[CH\]](#)

Revoga as normas da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que criaram a possibilidade de emissão de visto para procura de trabalho (10.ª alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho (Entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional)

[Projeto de Resolução 775/XV/1 \[PAN\]](#)

Recomenda ao Governo que empreenda uma discussão participada, abrangente e plural sobre o futuro da TAP, S.A.

[Projeto de Lei 833/XV/1 \[PSD\]](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março, que cria apoios extraordinários de apoio às famílias para pagamento da renda e da prestação de contratos de crédito

COLOCADAS EM APRECIÇÃO PÚBLICA

Proposta de Lei n.º 90/XV/1.ª (GOV): Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE)2019/2121, na parte respeitante às transformações, fusões e cisões transfronteiriças.

[file:///C:/Users/carlos.alves/Downloads/Separata%20061%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/carlos.alves/Downloads/Separata%20061%20(5).pdf)